



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2017
RELATÓRIO**

07ª TURMA RECURSAL/RJ – GABINETE DA 2ª JUÍZA RELATORA

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nos mapas estatísticos disponíveis, realizou-se, no período de 20 a 23 de fevereiro de 2017, a correição ordinária eletrônica do Gabinete da 2ª Juíza Relatora da 7ª Tuma Recursal do Rio de Janeiro, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

- . Regularizar os processos suspensos;
- . Dar andamento aos processos conclusos sem movimentação;
- . Buscar o cumprimento da Meta 7.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**➔ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme o Ofício n.º 17482 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 20/12/2016, e Portaria PR-RJ n.º 1648 de 20/12/2016, o Procurador da República Dr. Gustavo Magno G. B. de Albuquerque foi designado para acompanhar os



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido ou apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representantes pela Procuradoria Regional da União da Segunda Região, pela Seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, tampouco pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da Segunda Região.

Já a Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício nº 177-DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 27/4/2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

1) ORGANIZAÇÃO

2ª Juíza Relatora: Dra. Caroline Medeiros e Silva

Tempo de atuação: desde 07 de janeiro de 2015.

Total de Servidores previstos: 04

Total de Servidores lotados no Setor: 04

Analista Judiciário: 01

Técnicos Judiciários: 02

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 02

De acordo com o questionário pré-correição, o gabinete atinge a lotação ideal definida pela DIRFO.

Fonte: questionário pré-correição, itens 1 e 2.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2^a REGIÃO

2) ACERVO

Acervo Gabinete	Comparativo Fevereiro/2016	Correição Fevereiro/2017
Total	1.540	699
Suspensos	12	39
Tramitação ajustada	1.528	660

Mapas: Estatística de processos distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 15/02/2017.

3) PROCESSOS JULGADOS, POR CLASSE, NOS ÚLTIMOS DOZE MESES (DE 02/2016 a 01/2017)

Conforme planilha extraída do Sistema Apolo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Atividades da Turma Recursal

Turma Recursal:

Gabinete da Turma: 7ª Turma Recursal - 2º Juiz Relator

Período: 02/2016 a 01/2017

X	A1	A2	TA	B	TJ	C	D	E	F
Vara: Todas									
Matéria: Cível									
91001	RECURSO/SENTENÇA CÍVEL	64	1379	1443	1352	2795	0	0	0
91002	RECURSO/MEDIDA URGÊNCIA CÍVEL	21	1	22	4	26	0	0	0
91003	MANDADO DE SEGURANÇA/ATO JUIZADO ESPECIAL	9	7	16	2	18	0	0	0
91006	MANDADO DE SEGURANÇA/ATO TURMA RECURSAL	1	0	1	0	1	0	0	0
91009	CONFLITO DE COMPETÊNCIA	3	1	4	2	6	0	0	0
91016	PETIÇÃO	3	0	3	0	3	0	0	0
TOTAIS:		101	1388	1489	1360	2849	0	0	0
Matéria: Penal									
92001	RECURSO/SENTENÇA PENAL	0	0	0	1	1	0	0	0
92013	PETIÇÃO	0	0	0	1	1	0	0	0
TOTAIS:		0	0	0	2	2	0	0	0
TOTAL GERAL:		101	1388	1489	1362	2851	0	0	0

Legenda:

X = Classes ou Assuntos

Fórmula

A1 = Decisões Monocráticas Terminativas

TA = A1 + A2

A2 = Decisões Monocráticas Referendadas

TJ = A1 + A2 + B

TA = Total de Decisões Monocráticas

B = Julgamentos em Sessão

TJ = Total de Julgamentos

C = Decisões Interlocutórias

D = Acórdãos Publicados

E = Decisões em Pedidos de Uniformização

F = Decisões em Recursos Extraordinários

Mapas: Sistema Apolo, “Estatística de Sentenças – Atividades da Turma Recursal”, extraído em 15/02/2017.

4) PROCESSOS SUSPENSOS:

De acordo com o Relatório de Processos Suspensos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total por Classe:

Classe 91001 : 39

Total por Motivo de Suspensão

Motivo AGUARDA DECISÃO DE INSTÂNCIA SUPERIOR : 36
Motivo REPERCUSSÃO GERAL (CPC, ART. 1.035, Art 5º) : 3

Constam 39 processos suspensos, dos quais foram analisados, por amostragem:

a) Aguarda decisão de instância superior: 580

0049691-77.2008.4.02.5151/01: s.m.j., o motivo da suspensão deveria ser “repercussão geral”.

0006361-49.2009.4.02.5101/01: s.m.j., o motivo da suspensão deveria ser “repercussão geral”.

0007651-12.2010.4.02.5151/01: s.m.j., o motivo da suspensão deveria ser “repercussão geral”.

0042609-92.2008.4.02.5151/01: s.m.j., o motivo da suspensão deveria ser “repercussão geral”.

0048177-55.2009.4.02.5151/02: s.m.j., o motivo da suspensão deveria ser “repercussão geral”.

b) Repercussão Geral - art. 1.035 § 5º do NCPC: 03

0017393-61.2010.4.02.5151/01: situação regular

0003298-60.2009.4.02.5151/01: situação regular

0054595-43.2008.4.02.5151/01: situação regular

De acordo com o item 1.2 do questionário pré-correição (processos sobrestados por decisão do STF ou do STJ):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Encontram-se suspensos 39 processos, mediante determinação judicial, devidamente registrada no sistema de acompanhamento processual.

São 37 processos que versam sobre o pagamento das diferenças de correção monetária em depósitos de caderneta de poupança, decorrentes de expurgos inflacionários, matéria sobre a qual o Supremo Tribunal Federal determinou a suspensão dos processos em sede de recurso (RE 626307, RE 591797 e RE 632212) e 2 processos sobre concessão de licença-prêmio a magistrados, tomada nas Reclamações (RCLs) 26036 e 26042, proferidas pelo Ministro Dias Toffoli, até o julgamento definitivo destas reclamações.”

Fonte: Apolo – Consultas e Relatórios, processos suspensos, e questionário pré-correção, item 1.2. Posição até 21/02/2017.

**5) PROCESSOS RECEBIDOS (DISTRIBUÍDOS/ENTRADAS)
POR CLASSE, NOS ÚLTIMOS 12 MESES.**

De acordo com o Sistema Apolo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Poder Judiciário
Justiça Federal - 2a Região
Seção Judiciária do RJ

Página: 001
Emitido em 15/02/2017 15:41

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA TURMA RECURSAL

Turma Recursal: 7ª Turma Recursal - 2º Juiz Relator

Competência:

Período: 02/2016 até 01/2017

X	REM	ENTRADAS						SAÍDAS						SALDOS					
		A	B	C	D	E	TE	F	G	H	I	J	L	M	TS	TRAM	N	TA	
Vara: 7ª Turma Recursal - 2º Juiz Relator																			
Materia: Cível																			
91001 RECURSO/SENTENÇA CÍVEL	1540	1562	0	0	0	9	1571	1834	0	0	0	0	0	452	2286	825	37	788	
91002 RECURSO/MEDIDA URGÊNCIA	8	18	0	0	0	0	18	11	0	0	0	0	0	0	0	11	15	0	15
91003 MANDADO DE SEGURANÇA/A	8	13	0	0	0	0	13	12	0	0	0	0	0	0	0	12	9	0	9
91006 MANDADO DE SEGURANÇA/A	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
91009 CONFLITO DE COMPETÊNCIA	3	1	0	0	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0
91016 PETIÇÃO	1	4	0	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	1	4	0	4
Total		1562	1596	0	0	9	1607	1863	0	0	0	0	0	0	452	2315	854	37	817
Materia: Penal																			
92001 RECURSO/SENTENÇA PENAL	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
92013 PETIÇÃO	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
Total		2	2	0	0	0	2	1	0	1	3	0	3						
TOTAL GERAL		1564	1600	0	0	9	1609	1864	0	0	0	0	0	0	452	2316	857	37	820

Legenda:

REM =	Processos Remanescentes do Início do Período	X =	Classes ou Assuntos	TRAM =	Tramitação no Final do Período
A =	Distribuídos	F =	Baixados ao JEF	N =	Suspensos
B =	Devolvidos pelas Turmas de Uniformização	G =	Remetidos à Turma de Uniformização Regional	TA =	Tramitação Ajustada
C =	Devolvido por outro Juiz/Tribunal	H =	Remetidos à Turma de Uniformização Nacional		Fórmulas
D =	Mudanças de Classe/Assunto	I =	Remetidos a outro Juiz/Tribunal	TE =	A+B+C+D+E
E =	Outras Entradas	J =	Arquivados	TS =	F+G+H+I+L+M
TE =	Total de Entradas	L =	Mudança de Classe/Assunto	TRAM =	REM+TE-TS
		M =	Outras Saídas	TA =	TRAM - N
		TS =	Total de Saídas		

Total de entradas no período: 1.609

Média mensal de entradas: 134,08/mês

Matéria Cível: 1.607

- . 91001 Recurso/Sentença Cível: 1.571**
- . 91002 Recurso/Medida Urgência Cível: 18**
- . 91003 Mandado de Segurança/Ato Juizado Especial: 13**
- . 91006 Mandado de Segurança/Ato Turma Recursal: 00**
- . 91009 Conflito de Competência: 01**
- . 91016 Petição: 04**

Matéria Penal: 02

- . 92001 Recurso/Sentença Penal: 01**
- . 92013 Petição: 01**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total de saídas: 2.316

Média mensal de saídas: 193/mês

Fonte: Sistema Apolo, Estatística de Processos Distribuídos, de 02/2016 a 01/2017, extraído em 15/02/2017, e questionário pré-correição, item 3.3.2.

6) PROCESSOS CONCLUSOS

De acordo com o Portal de Estatísticas, o juízo correicionado apresenta a seguinte situação:

Dados referentes ao dia: 20/02/2017

Relatório atual								Σ
Ano	: 2017	Mês	: fevereiro					
				Situação Processo	Gabinete			
Medidas								
Conclusos								
Classe								
Última Dec Julgamento								
Data Autuação								
Processos	para decisão	91001-RECURSO/SENTENÇA CÍVEL	Sem Decisão	+ 2016		Trâmite	7ª Turma Recursal - 2º Juiz Relator	Total
Total				+ 2017				
							1	1
							95	95
							96	96

Total de conclusos para decisão: 96

Dos quais, por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

. Recursos contra sentenças cíveis: 96

0014916262014402515102: autuado em 30/03/2016. Autos incluídos na pauta da sessão do dia 14/12/2016 (fl. 441). Determinada a juntada do CNIS dos sócios Edmundo e Carlos Nogueira, em 14/12/2016, bem como a retirada do feito de pauta (fls. 444/450). Último movimento: juntada em 19/01/2017. Sem movimentação posterior.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0099182102016402510701: autuado em 09/01/2017. Último movimento em 09/01/2017: remessa interna – local: 7ª Turma Recursal – 2º Juiz Relator.
Sem movimentação posterior.

0124630032016402510101: autuado em 10/01/2017. Último movimento em 10/01/2017: remessa interna – local: 7ª Turma Recursal – 2º Juiz Relator.
Sem movimentação posterior.

0121068302016402515101: autuado em 10/01/2017. Último movimento em 10/01/2017: remessa interna – local: 7ª Turma Recursal – 2º Juiz Relator.
Sem movimentação posterior.

0064216832016402515101: autuado em 10/01/2017. Último movimento em 10/01/2017: remessa interna – local: 7ª Turma Recursal – 2º Juiz Relator.
Sem movimentação posterior.

0500108792016402515301: autuado em 11/01/2017. Último movimento em 11/01/2017: remessa interna – local: 7ª Turma Recursal – 2º Juiz Relator.
Sem movimentação posterior.

Fonte: Portal de estatísticas – Turmas Recursais, Acervo – Conclusos, extraído em 21/02/2017, e consultas ao Sistema Apolo. Posição até 21/02/2017.

7) PROCESSOS DE OUTROS RELATORES COM PENDÊNCIA NO GABINETE

De acordo com o questionário pré-correição, não há processos de outros relatores com pendência no gabinete.

Fonte: questionário pré-correição, item 3.3.4.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8) PROCESSOS AGUARDANDO JULGAMENTO EM MESA

De acordo com o questionário pré-correição, há 01 processo inserido na pauta do dia 15/02/2017.

Fonte: questionário pré-correição, item 3.3.3.

9) METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2016 e 2017, estabelecidas no IX e X Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2017 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2017>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos os dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2016, com as adaptações possíveis.

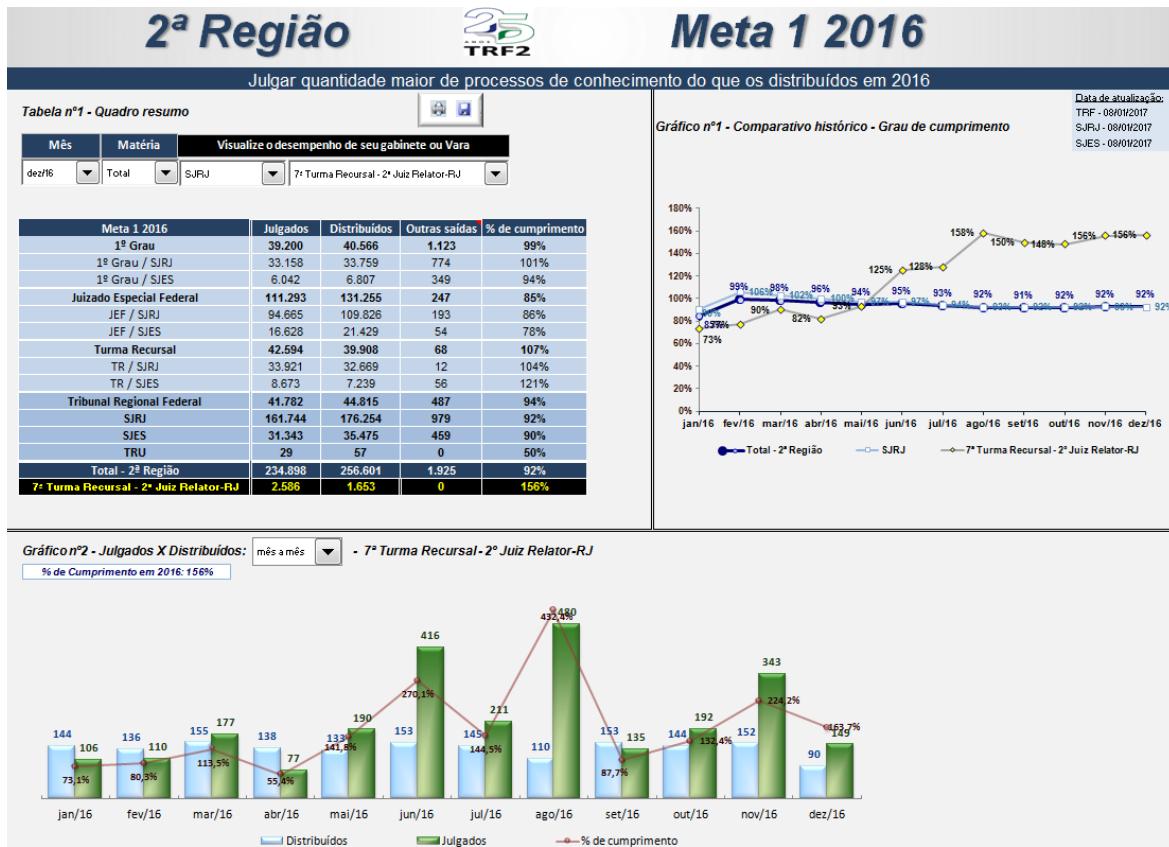
A – META 1/2016: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 156%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 15/02/2017.

B – META 2/2016: Julgar processos mais antigos

(Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nos Juizados Especiais Federais, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nas Turmas Recursais).

1. Identificar e julgar, até 31/12/2016, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. Identificar e julgar, até 31/12/2016, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nas Turmas Recursais:

Não se aplica (o Juízo correionado não constava no campo de pesquisa específico referente a esta Meta no Portal de Estatísticas deste Tribunal).

C – META 03/2016: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

D – META 4/2016: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados).

(Identificar e julgar até 31/12/2016: Na Justiça Federal, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

E – META 5/2016: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2016: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

Não se aplica.

F – META 6/2016: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho).

(Identificar e julgar até 31/12/2016: Na Justiça Federal, 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012 no 1º e 2º graus).

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

G – META 7/2016: Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

(Baixar/julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correicionado, o percentual de cumprimento da meta foi de 00%, como ilustra o gráfico a seguir:

2ª Região		25 ANOS TRF2		Meta 7 2016									
Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente													
Tabela nº1 - Quadro resumo													
Mês	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara	dez/16	SJRJ	7ª Turma Recursal - 2º Juiz Relator									
Meta 7 2015	Distribuídos	Outras saídas	Outras entradas	Julgados	% de cumprimento	Baixados	% de cumprimento						
1º Grau	2.226	297	65	2.656	133%	3.218	161%						
1º Grau / SJRJ	1.729	245	60	2.035	132%	2.507	162%						
1º Grau / SJES	497	52	5	621	138%	711	158%						
Juizado Especial Federal	127	8	2	104	86%	129	107%						
JEF / SJRJ	100	8	2	64	68%	91	97%						
JEF / SJES	27	0	0	40	0%	38	141%						
Turma Recursal	18	0	0	17	94%	12	67%						
TR / SJRJ	13	0	0	13	100%	11	85%						
TR / SJES	5	0	0	4	80%	1	20%						
Tribunal Regional Federal	1.674	32	9	1.404	85%	1.300	79%						
SJRJ	1.842	253	62	2.112	128%	2.609	158%						
SJES	529	52	5	665	138%	750	156%						
Total - 2ª Região	4.045	337	76	4.181	110%	4.659	123%						
7ª Turma Recursal - 2º Juiz Relator	1	0	0	0	0%	0	0%						

Fonte: mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 15/02/2017.

H – META 8/2016: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2014).

Não se aplica.

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS :

De acordo com o questionário pré-correição, os livros e as pastas existentes no gabinete são: livro de ponto, pasta para arquivamento de guias de remessas para processos físicos e pasta de plantão.

Não há informações sobre a situação dos livros.

Fonte: questionário pré-correição, item 4.

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o questionário pré-correição, todos os móveis e utensílios estão inventariados e devidamente cadastrados no Setor de Patrimônio da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com Termo de Responsabilidade assinado pela Coordenadora.

Fonte: questionário pré-correição, item 3.

→ CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o questionário pré-correição:

“Este gabinete começou o ano de 2016 com 1.438 processos, e no curso do mesmo ano recebeu 1.673 processos, totalizando, assim, 3.111 processos de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

modo que, para terminar o ano com 112 processos (descontados aí os 40 processos suspensos por decisões do Supremo Tribunal Federal) foi necessário julgar 2.959 processos no ano de 2016 (conforme tabela exposta no item 3.1 deste relatório, extraído das informações prestadas pelo Setor de Estatísticas da Secretaria Única das Turmas). O acervo formado ao longo do ano anterior de 2015 se deveu, essencialmente, à distribuição anormal de 70% de processos distribuídos/mês, de janeiro a agosto de 2015, e à redução de um servidor no gabinete, por cessão gratuita a Vara de Nova Iguaçu para que aquele ocupasse o cargo de diretor de secretaria, SEM REPOSIÇÃO IMEDIATA, o que fez com que o gabinete se mantivesse, na maior parte do ano, com 2 servidores, enquanto recebia entre 308 (março/15) a 250 processos por mês, o que proporcionou a geração do acervo. Para que o mesmo fosse combatido, foi necessário pautar uma média de 246 processos por mês ou 61 processos por semana. Para tal, a própria magistrada minutou 200 processos em 20 dias, no período que se convencionou chamar de “recesso de Olimpíadas”, fruto de acervo de benefícios por incapacidade (auxílio-doença/aposentadoria por invalidez) ainda do ano de 2015 e existentes em agosto de 2016. O quantitativo de recursos humanos é plena e totalmente insuficiente, seja sob o ponto de vista intelectual, seja sob o aspecto meramente quantitativo, o que dificulta, ainda mais, a lotação de servidores qualificados os quais, por óbvio, “fogem” de tal condição de trabalho tão inóspita. Milita, ainda, a favor da acumulação de processos o fato de que não há como pautá-los durante as férias dos magistrados, haja vista o “equivoco” inserido do Regimento Interno das Turmas que impede a convocação de suplentes inclusive nas férias e para tal finalidade, de modo, a, ao menos, não deixar o gabinete “parado” por 60 dias. A formação de acervo, portanto, é a ordem natural das Turmas Recursais.”

Fonte: questionário pré-correição, item 5.

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Ini Martha da Silva, Mat. n.º 11.953